

**Prezados Acionistas:**

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2010 da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil (anteriormente Société Générale Leasing S.A. Arrendamento Mercantil) juntamente com o parecer dos Auditores Independentes.

**A DIRETORIA**

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - (Em milhares de reais - R\$)			
ATIVO	Nota	2010	2009
<b>CIRCULANTE</b>		<b>50.239</b>	<b>21.119</b>
Disponibilidades	4	30	47
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	40.120	17.933
Carteira própria		16.832	6.204
Vinculados à prestação de garantias		23.288	11.729
Operações de arrendamento mercantil	7	7.476	2.550
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - Setor Privado		65.941	28.455
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Setor Privado		(65.783)	(28.455)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - Setor Público		1.996	-
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Setor Público		(1.955)	-
Adiantamento a fornecedores		7.444	2.553
(-) Rendas a apropriar de taxa de compromisso de arrendamento		(76)	(3)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8	(91)	-
Outros créditos		2.571	588
Negociação e intermediação de valores	5.d	-	29
Diversos		2.571	559
Outros valores e bens	9.a	42	1
Despesas antecipadas		42	1
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de arrendamento mercantil	7	-	-
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - Setor Privado		100.420	48.049
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Setor Privado		(100.420)	(48.049)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - Setor Público		4.800	-
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Setor Público		(4.800)	-
<b>PERMANENTE</b>		<b>187.160</b>	<b>76.629</b>
Imobilizado de uso		202	189
Outras imobilizações de uso		264	217
(-) Depreciações acumuladas		(62)	(28)
Imobilizado de arrendamento	10	186.846	76.328
Bens arrendados		216.847	82.024
Superveniências de depreciações	6	9.398	4.610
(-) Depreciações acumuladas		(39.399)	(10.306)
Intangível		112	112
Licenças de uso de software		112	112
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>237.399</b>	<b>97.748</b>

PASSIVO	Nota	2010	2009
<b>CIRCULANTE</b>		<b>70.180</b>	<b>21.726</b>
Obrigações por empréstimos e repasses		57.790	20.346
Empréstimos no exterior	12	57.790	20.346
Outras obrigações		12.390	1.380
Fiscais e previdenciárias	9.b	168	68
Negociação e intermediação de valores	5.d	1.822	-
Diversas	9.c	10.400	1.312
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>141.149</b>	<b>52.861</b>
Obrigações por empréstimos e repasses		117.056	44.213
Empréstimos no exterior	12	117.056	44.213
Outras obrigações		24.093	8.648
Fiscais e Previdenciárias	9.b	2.350	1.153
Diversas	9.c	21.743	7.495
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13</b>	<b>26.070</b>
Capital Social		23.398	23.398
Reserva Legal		314	169
Reserva de lucros		2.358	-
Prejuízos acumulados		-	(406)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>237.399</b>	<b>97.748</b>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010			
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo líquido por lote de mil ações)			
	2º		
	Nota	semestre	Exercício
	2010	2010	2009
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>36.329</b>	<b>58.316</b>
Operações de arrendamento mercantil		33.865	54.958
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.464	3.358
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(33.371)</b>	<b>(52.963)</b>
Operações de arrendamento mercantil	6 e 12b	(24.842)	(40.213)
Operações de empréstimos e repasses	14	7.773	4.299
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5d	(16.219)	(16.958)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8	(83)	(91)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA OPERACIONAIS</b>		<b>2.958</b>	<b>5.353</b>
Receitas de prestação de serviços		249	341
Despesas de pessoal		(1.204)	(2.213)
Outras despesas administrativas	15	(902)	(1.671)
Despesas tributárias		(277)	(711)
Outras receitas operacionais	16	1.193	5.184
Outras despesas operacionais	17	(513)	(513)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>1.504</b>	<b>5.770</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>-</b>	<b>(4)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCROS</b>		<b>1.504</b>	<b>5.770</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(959)</b>	<b>(2.861)</b>
Imposto de renda corrente		2	(495)
Contribuição social corrente		(376)	(1.169)
Imposto de renda diferido	11c	(585)	(1.197)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>		<b>545</b>	<b>2.909</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$</b>		<b>639,26</b>	<b>3.412,12</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Em milhares de reais - R\$)			
	2º		
	Nota	semestre	Exercício
	2010	2010	2009
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>545</b>	<b>2.909</b>
Lucro (prejuízo) líquido do semestre/exercício		545	2.909
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		10.581	24.451
Depreciações e amortizações		21.727	35.039
Superveniência de depreciação	6	(2.339)	(4.788)
Imposto de renda diferido		585	1.197
Variação cambial de empréstimos	5c e 12b	(9.500)	(7.119)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		83	91
Lucro (prejuízo) líquido do semestre ajustado		11.126	27.360
Variação de ativos e obrigações		77.156	113.569
Aumento em operação de arrendamento mercantil		(7.552)	(5.017)
Aumento de títulos e valores mobiliários		(27.942)	(22.023)
Redução (aumento) de outros créditos		216	(1.983)
Redução (aumento) de outros valores e bens		8	(41)
Aumento em outras obrigações		15.437	25.258
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		96.989	117.376
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		89.664	140.765
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(89.636)</b>	<b>(140.765)</b>
Aquisição de imobilizado de arrendamento		(89.636)	(140.765)
Aquisição de imobilizado de uso		(16)	(47)
Aquisição de ativo intangível		-	(72)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(89.652)	(140.782)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>13a</b>	<b>-</b>
Aumento de capital		-	15.000
Caixa líquido oriundo das (investidas nas) atividades de financiamento		-	15.000
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(1.370)</b>	<b>147</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>		<b>4</b>	<b>18</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>		<b>4</b>	<b>30</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 - (Em milhares de reais - R\$)**

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>		<b>8.398</b>	<b>169</b>	<b>-</b>	<b>(336)</b>	<b>8.231</b>
Aumento de capital - homologado pelo Bacen em 18/08/2009	13a	15.000	-	-	-	15.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(70)	(70)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>		<b>23.398</b>	<b>169</b>	<b>-</b>	<b>(406)</b>	<b>23.161</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.909	2.909
Destinações:						
Constituição de reserva legal		-	145	-	(145)	-
Constituição de reservas estatutárias		-	-	2.358	(2.358)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>		<b>23.398</b>	<b>314</b>	<b>2.358</b>	<b>-</b>	<b>26.070</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010</b>		<b>23.398</b>	<b>287</b>	<b>1.840</b>	<b>-</b>	<b>25.525</b>
Lucro líquido do semestre		-	-	-	545	545
Destinações:						
Constituição de reserva legal		-	27	-	(27)	-
Constituição de reservas estatutárias		-	-	518	(518)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>		<b>23.398</b>	<b>314</b>	<b>2.358</b>	<b>-</b>	<b>26.070</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 - (Em milhares de reais - R\$)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL** - A SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, serão divulgadas, no prazo legal, em site próprio na internet. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **a)** CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; **b)** CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; **c)** CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; **e d)** CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes: **a) Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e títulos e valores mobiliários - LTN cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c) Títulos e valores mobiliários** - De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, segundo a intenção da Administração, conforme segue: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado, e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classi-

ficados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de futuros, os quais têm o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e (2) Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **d) Arrendamentos a receber** - Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira - "Operações de arrendamento mercantil" pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. **e) Rendas de arrendamento** - As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecerão nessa classificação por seis meses, quando então serão baixadas contra a provisão existente e passarão a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **f) Depreciação** - A depreciação dos bens de imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil. **g) Valores residuais garantidos** - Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". **h) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa** - As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo,

com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **i) Perdas de Arrendamento a amortizar** - Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O Saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de bens arrendados. **j) Superveniência ou insuficiência de depreciação** - Na apuração do resultado é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é creditada no resultado, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. **k) Negociação e intermediação de valores** - Os ajustes a receber ou a pagar das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação

continua

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Em milhares de reais - R\$)

e intermediação de valores" ou "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores. **l) Intangível** - Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico e, estão sujeitos ao teste de recuperabilidade, de acordo com critérios estabelecidos pelo CPC 01 e, pela Resolução nº 3.566/08. **m) Obrigações por empréstimos** - São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. **n) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Esta nova resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010 e revoga em sua totalidade a Resolução BACEN nº 3.535/08. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **p) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$240. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. **q) Redução ao valor recuperável de ativos** - Os ativos financeiros estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **r) Partes relacionadas** - A divulgação de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução nº 3.750 do Conselho Monetário Nacional, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009. **s) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados. **t) Uso de Estimativas Contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2010	2009
Disponibilidades	30	47
Total	30	47

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 por categoria:**

	2010		2009	
	Valor de curva	Valor de Mercado	Valor de curva	Valor de Mercado
Títulos e valores mobiliários:				
Livres	17.761	16.832	6.477	6.204
Títulos para negociação				
Públicos - Governo Federal				
Letras do Tesouro				
Nacional - LTN	17.761	16.832	6.477	6.204
Vinculados à prestação de garantias	24.587	23.288	12.245	11.729
Títulos para negociação				
Públicos - Governo Federal				
Letras do Tesouro				
Nacional - LTN	24.587	23.288	12.245	11.729
Total	42.348	40.120	18.722	17.933

**b) Composição por prazo de vencimento**

	2010		2009	
	Títulos para negociação	Total	Títulos para negociação	Total
A vencer até 1 mês	164	164	-	-
A vencer entre 1 e 12 meses	39.956	39.956	17.933	17.933
Total	40.120	40.120	17.933	17.933

**c) Composição por emissor**

	2010	2009
Títulos disponíveis para negociação	40.120	17.933
Públicos	40.120	17.933
Governo Federal	40.120	17.933

**d) Instrumentos financeiros derivativos** - Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBOVESPA), os quais são avaliados ao valor de mercado diariamente através de ajustes diários das posições ativas e passivas. A seguir, demonstramos a relação dos derivativos, por indexador, avaliados a mercado.

**Mercado futuro**

Índice	2010		2009	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
DDI	169.606	(1.676)	64.180	2
DI	190.805	(146)	81.157	27
Total	360.411	(1.822)	145.337	29

Os ajustes a receber ou a pagar das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores" ou "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores". No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi apurado prejuízo no valor R\$ 16.958 (R\$ 10.420 em 2009) vinculados aos empréstimos em moeda estrangeira que tiveram variação cambial credora de R\$ 7.119 (variação cambial credora de R\$ 9.931 em 2009).

**Em 31 de dezembro de 2010**

	Valores referenciais				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de contratos
Futuros	40.030	94.106	184.481	41.794	360.411
Total	40.030	94.106	184.481	41.794	360.411

**Em 31 de dezembro de 2009**

	Valores referenciais				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de contratos
Futuros	12.843	41.018	70.011	21.465	145.337
Total	12.843	41.018	70.011	21.465	145.337

A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBOVESPA com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais registrado como "Títulos e valores mobiliários - Vinculados", no montante de R\$ 23.288 (R\$ 11.729 em 2009). O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&F BOVESPA.

**6. SUPERVENIÊNCIA DE DEPRECIÇÃO** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi registrada superveniência de depreciação no valor de R\$ 4.788 (R\$ 4.579 em 2009), estando registrada contabilmente na conta operações de arrendamento mercantil, na Demonstração de resultado.

**7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL** - Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados aos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

**a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro:**

	2010	2009
Arrendamentos a receber - setor privado	138.452	56.213
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(138.344)	(56.213)
Arrendamento a receber - setor público	31.522	-
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(31.431)	-
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	171.648	53.313
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 10)	9.398	4.610
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 9.c)	(18.796)	(7.495)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	162.449	50.428

**a.1) Composição do arrendamento financeiro por vencimento:**

	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas a partir de 15 dias	199	0%	-	-
A vencer até 3 meses	23.811	15%	7.476	15%
A vencer de 3 a 12 meses	40.435	25%	11.478	23%
A vencer de 1 a 3 anos	78.728	48%	31.474	62%
A vencer de 3 a 5 anos	19.160	12%	-	-
A vencer de 5 a 15 anos	116	0%	-	-
Total	162.449	100%	50.428	100%

**a.2) Composição do arrendamento financeiro por atividade**

	2010		2009	
	Valor	Percentual sobre o total	Valor	Percentual sobre o total
Setor Privado				
Indústria	2.255	1,39%	2.975	5,90%
Comércio	33.046	20,34%	11.171	22,15%
Instituições Financeiras	17.031	10,48%	-	-
Outros Serviços	78.804	48,51%	36.282	71,95%
Setor Público				
Outros Serviços	31.313	19,28%	-	-
Total	162.449	100%	50.428	100%

**a.3) Composição do arrendamento financeiro por maiores devedores**

	2010	2009
Principal devedor	31.314	11.063
10 seguintes maiores devedores	85.804	31.154
20 seguintes maiores devedores	28.295	8.211
50 seguintes maiores devedores	17.036	-
Total	162.449	50.428

**b) Arrendamento operacional**

	2010	2009
Arrendamentos a receber - setor privado	3.183	20.291
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(3.183)	(20.291)
Total	-	-

**b.1) Composição do arrendamento operacional por vencimento**

	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
A vencer até 3 meses	988	31%	2.206	11%
A vencer de 3 a 12 meses	1.777	56%	7.563	37%
A vencer de 1 a 3 anos	418	13%	10.702	52%
Total	3.183	100%	20.291	100%

**b.2) Composição do arrendamento operacional por atividade**

	2010		2009	
	Valor	Percentual sobre o total	Valor	Percentual sobre o total
Setor privado				
Indústria	1.997	62,74%	-	-
Comércio	1.186	37,26%	2.372	11,69%
Outros serviços	-	-	17.919	88,31%
Total	3.183	100%	20.291	100%

**8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA** - Em 31 de dezembro de 2010, a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi de R\$ 91. Em 31 de dezembro de 2009 não havia provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. O risco da carteira de arrendamento mercantil a valor presente e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na resolução nº 2682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estavam assim distribuídos:

Nível	2010			2009		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Total	
AA	144.278	-	144.278	50.248	50.248	
A	17.972	199	18.171	-	-	
Total	162.250	199	162.449	50.248	50.248	

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2010	2009
Saldo inicial	-	-
Constituição	91	-
Saldo final	91	-

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa.

**9. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	2010	2009
<b>a) Outros créditos - diversos</b>		
Impostos a compensar	1.600	599
Devedores Diversos País	971	-
Total - Curto Prazo	2.571	599
<b>b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias</b>		
Impostos e contribuições a recolher	168	68
Impostos e contribuições sobre salários	-	-
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação (nota explicativa nº11.b)	2.350	1.153
Total	2.518	1.221
Curto prazo	168	68
Longo prazo	2.350	1.153

	2010	2009
<b>c) Outras obrigações - diversas</b>		
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 7.a)	18.796	7.495
Obrigações por aquisição de bens e direitos	48	384
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	13.285	893
Valores a pagar a sociedade ligada (nota explicativa nº.14)	14	28
Outros	-	7
Total	32.143	8.807
Curto prazo	10.400	1.312
Longo prazo	21.743	7.495

(i) Inclui a prorrogação do pagamento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores na compra de bens objeto de arrendamento mercantil no montante de R\$ 5.106 e pagamento a fornecedores de bens objeto de arrendamento mercantil no montante de R\$ 6.579.

**10. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO - a) Bens Arrendados - Arrendamento Financeiro**

	Taxa anual de depreciação (%)	2010	2009
Máquinas e equipamentos	14,29%	111.432	42.888
Equipamentos de informática	28,57%	63.770	11.885
Veículos e afins	28,57%	26.657	6.002
Aeronaves	28,57%	7.605	-
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 7.a)		9.398	4.610
Perdas em Arrendamento a Amortizar Líquidas(*)		1.874	-
Depreciação acumulada		(37.816)	(7.462)
Total		181.046	57.923

(\*) nota explicativa nº 3i

**b) Bens Arrendados - Arrendamento Operacional**

	Taxa anual de depreciação (%)	2010	2009
Equipamentos de informática	28,57%	5.509	21.249
Depreciação acumulada		(1.583)	(2.844)
Total		3.926	18.405

**c) Bens Arrendados - Total**

	Taxa anual de depreciação (%)	2010	2009
Bens Arrendados - Arrendamento Financeiro			
Máquinas e equipamentos	14,29%	111.432	42.888
Equipamentos de informática	28,57%	69.279	33.134
Veículos e afins	28,57%	26.657	6.002
Aeronaves	28,57%	7.605	-
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 7.a)		9.398	4.610
Depreciação acumulada		(39.399)	(10.306)
Total		184.972	76.328

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

**11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** - Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.770	1.293	5.770	1.293
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%
Expectativa de despesa de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(1.419)	(299)	(866)	(194)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(359)	(8)	(204)	(5)
Incentivos Fiscais	(10)	-	(6)	-
Efeito do imposto de				

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Em milhares de reais - R\$)

renciais. Esse aumento do capital social foi aprovado pelo BACEN em 18 de agosto de 2009. **b) Reserva Legal** - A Sociedade destinou 5% do resultado do exercício para reserva legal. A destinação será homologada pelo conselho em assembléia geral a ser realizada em abril de 2011. **c) Reservas Estatutárias** - A Sociedade destinou o resultado do exercício (após destinação de 5% para reserva legal) para reservas estatutárias. A destinação será homologada pelo conselho em assembléia geral a ser realizada em abril de 2011. **d) Dividendos** - Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. A Administração, não deliberou a distribuição de dividendos, o que pode ser feito na Assembléia Geral Ordinária, pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

**14. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS** - As transações com o partes relacionadas decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2010	2009	2010	2009
Banco Société Générale Brasil S.A.				
Disponibilidades .....	30	47	-	-
Outras obrigações diversas (nota explicativa nº 9.c) .....	(14)	(28)	(192)	(351)

Société Générale – Paris  
 Obrigações por empréstimos do exterior (nota explicativa nº12) .... (174.846) (64.559) 4.299 7.765

**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O montante global anual pago a título de remuneração dos Diretores no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 868 (R\$118 em 2009).  
**Composição do montante pago aos Diretores:**

	2010	2009
Proventos .....	685	93
Contribuição ao INSS .....	183	25
Total .....	868	118

Outras informações - I - Conforme legislação em vigor, a Sociedade não concede empréstimos ou adiantamento para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídi-

cas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria Sociedade, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

**15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2010	2009
Material .....	15	9
Serviços técnicos especializados .....	215	104
Processamento de dados .....	102	106
Serviços do sistema financeiro .....	115	38
Aluguéis .....	343	337
Aluguéis - empresa ligada .....	-	10
Serviços de terceiros .....	100	32
Manutenção e conservação de bens .....	21	85
Comunicações .....	57	37
Contribuições filantrópicas .....	52	-
Publicações .....	183	113
Transportes .....	25	17
Promoções e relações públicas .....	42	19
Viagem .....	25	13
Amortização e depreciação .....	34	28
Serviços administrativos prestados - ligada (nota explicativa nº14) .....	192	351
Entidade de classe .....	33	25
Seguros .....	13	-
Outras .....	104	47
Total .....	1.671	1.371

**16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	2010	2009
Descontos obtidos no pagamento de fornecedores ..	2.046	3.606
Reversão de provisão de despesa para publicação ..	52	42
Reversão de provisão de bônus .....	205	-
Receita de liquidação de contrato de arrendamento .	2.634	-
Outras .....	247	7
Total .....	5.184	3.655

**17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	2010	2009
Provisão para pagamentos de gratificação .....	513	205
Outras .....	-	5
Total .....	513	210

**18. FIANÇAS E GARANTIAS** - Garantias prestadas por responsabilidade em fianças e garantias recebidas de terceiros, em 31 de dezembro de 2010, montam a R\$ 17.000 ( R\$4.000 em 2009)

**19. MUDANÇA DA RAZÃO SOCIAL** - A Sociedade, através da AGO/E e RCA de 15/04/2010 efetuou a mudança da razão social de Société Générale Leasing S.A. Arrendamento Mercantil para SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. A nova razão social foi objeto do despacho de 26/11/2010 no Banco Central do Brasil e homologado pela Jucesp em 22/12/2010.

**20. OUTRAS INFORMAÇÕES** - Desde 1995, as instituições financeiras mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco ponderado por fatores, definidos na Resolução nº2099/94 e alterações complementares do BACEN. A aprovação deste índice é feita de forma consolidada com as instituições integrantes do Grupo Société Générale Brasil, de acordo com as normas vigentes.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

INÊS CLAIRE CHRISTINE MARIE ROBIN MERCEREAU - Presidente  
 FRANÇOIS ALAIN DOSSA - Vice-Presidente  
 RENATO OLIVA MARTINS - Conselheiro  
 MOHCINE BUSTA - Conselheiro  
 ERIC DHOSTE - Conselheiro  
 JEAN-MARC CHRISTIAN MIGNEREY - Conselheiro  
 ERIC JEAN FRIERON - Conselheiro

**DIRETORIA**

MOHCINE BUSTA - Diretor Superintendente  
 ADEMIR DE ARAÚJO - Diretor

**CONTADOR:** ADEMIR DE ARAÚJO - CRC - 1SP 190326/O-2

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da  
 SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil  
 (Anteriormente Société Générale Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil)  
 Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras** - A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo

de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras** - A Sociedade registra suas operações e elabora suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, as quais requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil, o qual é registrado como insuficiência ou superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente. Essas

diretrizes não requerem a reclassificação das operações para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e das receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, mas resultam na apresentação do lucro líquido e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião com Ressalva** - Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras", as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.  
 São Paulo, 15 de Março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
 Gilberto Bizerra de Souza  
 Auditores Independentes  
 Contador  
 CRC nº 2 SP 011609/O-8  
 CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

